

BOLETIM
BIBLIO-
GRAFICO

14

BIBLIOTECA
P U' B L I C A
M U N I C I P A L
D E S. P A U L L O

BOLETIM BIBLIOGRÁFICO

PUBLICAÇÃO DA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
DEPARTAMENTO DE CULTURA

DIRETOR
JOSÉ DE BARROS MARTINS

VOLUME XIV
1950

SECRETÁRIO
SÉRGIO MILLIET

S U M Á R I O

COLABORAÇÃO ORIGINAL

- * NOTAS PARA UM ESTUDO DA NOVELÍSTICA ANTONIO D'ELIA
- * RECENTES CONTRIBUIÇÕES À ANTHROPOLOGIA BRASILEIRA EGON SCHADEN
- * NOTAS LINGÜÍSTICAS CRUZ CORDEIRO
- * BIBLIOTECAS PAULISTAS DO SÉC. XVIII ALUISIO DE ALMEIDA
- * BIBLIOGRAFIA DA HISTÓRIA DA LITERATURA BRASILEIRA MARIA LEONOR VOIGTLAENDER
- * A BIBLIOTECONOMIA NO NORTE E NO NORDESTE DO BRASIL MARIA LUISA MONTEIRO DA CUNHA
- * ÍNDICE DO DICIONÁRIO BIO-BIBLIOGRÁFICO SERGIPANO DO DR. ARMINDO GUARANÁ { MARIA HELENA DE CASTRO HORTA
DIVA DE CAMPOS LENNON

75-84

AUTORES & LIVROS

- * "A CRENÇA" J. AMOROSO NETTO
- * "HISTÓRIA DA IMPRENSA ÁRABE NO BRASIL" JAMIL SAFADY

BIBLIOGRAFIA

REGISTRO BIBLIOGRÁFICO DAS OBRAS ENTRADAS NA BIBLIOTECA PÚBLICA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DE 1 DE JANEIRO A 30 DE MARÇO DE 1947

RECENTES CONTRIBUIÇÕES À ANTROPOLOGIA BRASILEIRA

EGON SCHADEN

É animador o impulso que os trabalhos antropológicos vêm experimentando em instituições universitárias de São Paulo e do Rio de Janeiro. Entretanto, não dispomos ainda de base para avaliar os frutos dessa atividade. Salvo poucas exceções, os estudos estão em andamento e a sua elaboração se estenderá por vários anos; algumas pesquisas se encontram na fase inicial; outras, enfim, tiveram de ser suspensas provisoriamente por falta de verba. De qualquer forma, parece-me útil apresentar numa resenha crítica três ou quatro publicações representativas daquele incremento. Nesta nota bibliográfica discutem-se, por isso, alguns ensaios e relatórios preliminares que, embora heterogêneos e escolhidos quase a esmo, não deixam de constituir eloqüente amostra. São os seguintes:

WILLEMS, Emílio — *Aspectos da aculturação dos japoneses no Estado de São Paulo*. Boletim LXXXII da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da Universidade de São Paulo. Antropologia n.º 3. 115 págs. São Paulo, 1948.

OBERG, Kalervo — *The Terena and the Caduveo of Southern Mato Grosso, Brazil*. Smithsonian Institution. Institute of Social Anthropology. Publication n.º 9. VI + 72 págs. + 24 pranchas. Washington, 1949.

CARVALHO, José C. M.; LIMA, Pedro E. de; GALVÃO, Eduardo — *Observações zoológicas e antropológicas na região dos formadores do Xingu*. Museu Nacional. Publicações avulsas n.º 5. 48 págs. + 23 pranchas. Rio de Janeiro, 1949.

Em quarto e último lugar, comenta-se aqui um ensaio histórico-cultural de Sérgio Buarque de HOLANDA, *Índios e mamelucos na expansão paulista* (Separata do volume XIII dos Anais do Museu Paulista. Págs. 177-290. São Paulo, 1949), em que se revela de modo significativo como os princípios teóricos da antropologia começam a impor-se também nas investigações históricas sobre a formação cultural do Brasil.

I

Depois de realizar um estudo sobre a aculturação dos alemães no Brasil meridional, Emílio Willems iniciou trabalho análogo entre os colonos japoneses do Estado de São Paulo. No primeiro fizera largo uso do material contido em livros de viajantes e em jornais, revistas e almanaques alemães e teuto-brasileiros. Neste último baseia-se exclusivamente em informes inéditos, colhidos em parte numa viagem de pesquisa ao vale do Ribeira de Iguape e em parte através de um inquérito feito em 220 escolas públicas primárias situadas nas zonas de colonização japonesa de São Paulo. O inquérito atingiu a mais de seis mil alunos japoneses ou de ascendência nipônica. Além de responder ao questionário que lhes foi enviado, vários professores enviaram extensos relatos com observações pessoais sobre os colonos e seus descendentes no tocante à aculturação. A finalidade da investigação era a de descobrir os problemas mais importantes a serem estudados depois, de modo sistemático, em alguns anos de pesquisa intensa. Em virtude dos impecilhos surgidos com a guerra, esta tarefa infelizmente não pôde ser executada. É pena, pois o inquérito, cujos resultados principais estão contidos no volume *Aspectos da aculturação dos japoneses no Estado de São Paulo*, foi de fato um comêço promissor.

Depois de apresentar, inicialmente, as condições gerais e, a seguir, os aspectos particulares da aculturação dos japoneses em território paulista, Emílio Willems passa a comentar uma série de depoimentos pessoais dos professores e acrescenta um capítulo final sobre a miscegenação.

O primeiro capítulo é um exame estatístico da distribuição regional da população nipônica em confronto com a situação demográfica geral, da porcentagem de seus componentes rurais e urbanos, da mobilidade

espacial etc. São interessantes os dados sobre a rapidez com que se processa a aculturação lingüística dos filhos de japoneses. Na conclusão do trabalho, o autor os resume da seguinte maneira: "Na época em que se realizou o inquérito, 30,85 p.c. das crianças interrogadas falavam o português sem embaraço. A porcentagem daquelas que, nas suas conversas, passavam de uma língua à outra, era de 41,83 sobre um total de 5.410. 29, 10 p.c. dos alunos interrogados já não sabiam escrever o japonês, tendo essa porcentagem chegado a 60,75 na zona litorânea. O número de pais japoneses que proibiam o uso do vernáculo no lar era muito inferior ao número daqueles que toleravam ou estimulavam o uso do português em casa" (Pág. 112).

Na parte relativa aos aspectos particulares da aculturação, tanto no domínio da cultura material como no da não-material, as respostas foram tabeladas segundo áreas de colonização, o que permitiu verificar as variações regionais. "Entre os elementos da cultura material japonesa que foram parcialmente conservados, destaca-se a alimentação. Interessante é que em quase todos os distritos e zonas se registrou um interesse invulgar pela escola pública" (*Ibidem*). Nas cidades, a comemoração das festas japonesas se vai perdendo mais depressa do que nas zonas rurais.

Os depoimentos pessoais, comentados na terceira parte do trabalho, podem ser de grande utilidade na elaboração de futuros planos de pesquisa. Ao lado das informações solicitadas, muitos professores indicaram nas entrelinhas uma série de fatos que merecem cuidadosa investigação. Mas há outro aspecto interessante nesses depoimentos. Os pesquisadores, que não foram submetidos a treinamento prévio, não podiam deixar de descrever a vida e a cultura dos japoneses de um ponto-de-vista etnocêntrico; assim, essas páginas valem ao mesmo tempo como testemunho das atitudes do brasileiro em face do imigrante.

Emílio Willems discute sumariamente o processo da miscigenação e insiste na necessidade de se distinguir com nitidez entre os fatores que representam obstáculos ao cruzamento: diferenças raciais, diferenças culturais e diferenças de classe social. "Embora o material apresente indícios de um preconceito racial, de lado a lado, não é possível afirmar a sua existência. Sem dúvida, no entanto, as diferenças culturais exercem uma influência poderosa. O maior obstáculo à miscigenação é a própria organização da família japonesa e a ausência de padrões capazes de estimular a aproximação espontânea dos sexos. Também as diferenças de classe social desempenham um papel de extraordinária importância. O status social relativamente baixo do caboclo brasileiro e a prevenção muito acentuada dos japoneses contra

casamentos com indivíduos cujo status consideram inferior ao de sua própria família, são fatores tendentes a impedir, por enquanto, uma miscegenação em grande escala" (Pág. 113). — Esta citação extrída, como as anteriores, do sumário final do ensaio, não deixa dúvidas quanto à segurança com que o autor coloca os problemas e formula as primeiras conclusões.

Cumprе acentuar a cautela com que Willems encara os resultados a que chegou. Não pretende concluir nada definitivo, mas apenas preparar o terreno para minuciosas pesquisas "in loco". As conclusões são, pois, em parte provisórias e, portanto, sujeitas a verificação e correção.

II

Todos os anos, a Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo dedica parte do período letivo exclusivamente a exercícios e trabalhos práticos destinados ao treinamento de pesquisadores. Dentro desse programa, Kalervo Oberg, um dos professores do instituto, tem feito excursões de estudo com alguns alunos em visita a tribos indígenas do centro e do oeste do Brasil. As viagens serviram também para colher material destinado a fundamentar planos de pesquisa mais intensa, cuja realização ficará depois a cargo dos jovens cientistas. Entre as tribos visitadas figuram os Tereno (ou Terena, forma usada por Oberg) e os Kaduveo do sudoeste de Mato Grosso; delas trata recente publicação da Smithsonian Institution. Fiel aos objetivos do trabalho, o autor examina todos os setores da cultura (principalmente dos Tereno), sem dar ênfase especial a determinados problemas e sem discutí-los dentro desta ou daquela orientação teórica.

Isto não quer dizer, é claro, que em sua análise etnográfica Oberg não ponha em evidência os aspectos característicos das culturas tereno e kaduveo que, em sua opinião, deverão ocupar o primeiro plano em pesquisas subseqüentes. Neste sentido, a leitura dessas páginas traz sugestões realmente valiosas.

Das relações peculiares que desde tempos remotos existiram entre as duas tribos resultaram mudanças profundas em ambas as culturas, originariamente bem distintas; mais tarde, os contactos com o mundo civilizado trouxeram novas transformações, não menos importantes. Embora não pudessem deixar de atingir tôda a organização social, parece que êsses fenómenos podem ser reconstituídos com maior segurança através do exame da estrutura económica e da religião. E Oberg descreve com especial cuidado a economia dos Tereno, apresentando as-

pectos observáveis na atualidade em confronto com informes existentes nas fontes históricas; no tocante à religião, esboça a maneira pela qual o antigo xamanismo tribal se combina com crenças e práticas cristãs e faz ver a situação sui-generis criada pela catequese concomitante de missionários católicos e protestantes no seio da população tereno. Segundo a análise do autor, os contactos dos Tereno (quando ainda viviam no Chaco) com os Kaduveo e grupos afins a estes leveram-nos a abandonar a vida sedentária e a desenvolver uma organização guerreira e de classes; a adoção do cavalo contribuiu de modo notável para essa transformação. A passagem dos Tereno para território mato-grossense, a vida nas fazendas e, posteriormente, em postos do Serviço de Proteção aos Índios vieram causar novas mudanças, que abalaram também o sistema exogâmico e a função cerimonial das metades em que a tribo se divide.

Ao lado da parte pròpriamente descritiva, Oberg põe, assim, em relêvo as linhas dominantes de processos históricos cujo conhecimento facilita a tarefa de situar os problemas centrais. É verdade que os capítulos dedicados aos Tereno são muito mais satisfatórios a êste respeito do que os que tratam dos Kaduveo. O leitor tem a impressão de que o trabalho entre os Kaduveo se realizou em circunstâncias muito menos favoráveis. De outra maneira não se compreenderia o modo superficial com que Oberg se refere, por exemplo, à religião dêstes índios, sem fazer uma tentativa de dilinear o sistema de crenças e de ritos. Embora o sobrenatural não seja talvez um dos temas dominantes da cultura da tribo, a análise das idéias e práticas religiosas se torna necessária ou desejável de muitos pontos-de-vista, inclusive para um confronto com traços correspondentes entre os Tereno.

É certo, porém, que o autor conseguiu lançar as bases para a elaboração de um projeto mais amplo de pesquisa antropológica, e êste era o seu intento principal.

III

Nos últimos dez anos o Museu Nacional do Rio de Janeiro empreendeu uma série de pesquisas entre grupos ameríndeos da família tupí-guaraní: Tapirapé, Tenetehara, Kayuá e Kamayurá. O estudo dêstes últimos está ainda em sua fase inicial; dêle tratam as comunicações provisórias, reunidas sob o título *Observações zoológicas e antropológicas na região dos formadores do Xingu*. São notas sôbre etnozologia e antropologia física e cultural, de autoria de três cientistas do Museu, que estiveram no Brasil central de Maio a Julho de 1947.

Em suas "Observações zoológicas no Rio das Mortes e no alto Xingu" (págs. 7-19), José C. M. Carvalho encara a fauna regional em suas relações com o aborígene. Devido à situação intertribal específica do território, não distingue entre os Kamayurá e outras tribos. Os grupos do alto Xingu estão de tal modo ligados uns aos outros que é necessário, de todos os pontos-de-vista, estudá-los em conjunto. As ligeiras notas de Carvalho, além da parte propriamente zoológica, tratam da fauna como fonte de alimentação, das abstenções alimentares, das técnicas de caça e pesca, da preparação de alimentos e, incidentalmente, de crenças, atitudes e costumes relativos aos animais.

Algumas "Notas antropológicas sobre os índios do Xingu" (págs. 21-29), de Pedro E. de Lima, informam sobre os caracteres raciais. A única aldeia kamayurá compunha-se de 110 indivíduos, dos quais foram medidos 90 (homens, mulheres e crianças). Na aldeia viviam também cativos de tribos estranhas. Os homens kamayurá são de estatura mediana, de 1,60 a 1,65m. O autor estudou também índios Auety (tupí), Trumaí (isolados), Iawalapiti (aruak) e alguns representantes de outros grupos. O cruzamento intertribal processa-se em grande escala. Entre os Kamayurá, Lima fez um vocabulário de termos anatômicos, que põe em evidência a riqueza vocabular do idioma dessa tribo.

A Eduardo Galvão coube a parte etnológica. A sua nota intitula-se "Apontamentos sobre os índios Kamayurá" (págs. 31-48). A experiência de Galvão com diferentes tribos tupí-guaraní de várias partes do país fê-lo reconhecer logo os problemas especiais ligados aos Kamayurá. Em atenção à interpretação cultural das populações indígenas que habitam o alto Xingu — já apontada por autores antigos, como Karl von den Steinen — Eduardo Galvão considera o território entre o Batovi e o Kuluene como área cultural distinta, a que denomina "área do ulurí". (O "ulurí é uma pequena peça triangular de entrecasca, única indumentária das índias da região). Embora insuficiente para se apreender a realidade complexa, o critério das relações espaciais é de fato indispensável para um estudo preliminar do alto Xingu, onde convivem grupos karib, aruak, tupí-guaraní etc. A aplicação do conceito de área cultural, com as correspondentes técnicas de pesquisa, serve pelo menos para situar os problemas fundamentais desse "centro de aculturação indígena" (segundo a denominação dos autores mais ligados à etnologia alemã, como lembra H. A. Tôrres na introdução com que apresenta o fascículo). Todavia, o confronto das culturas por meio desse método, que visa ao inventário dos elementos característicos da "área do ulurí", à determinação dos respecti-

vos contingentes culturais de origem aruak, karib, tupí-guaraní etc., ao estabelecimento de linhas de difusão e talvez, em certo sentido, à verificação da predominância cultural de um e de outro grupo, não constitui senão a primeira parte do trabalho. Com recurso a outros métodos e à luz de outras perspectivas teóricas, dever-se-á indagar, a seguir, dos procesos de integração cultural, da marcha acumulativa intertribal e de seus aspectos sócio-psicológicos, dos fenómenos sociais decorrentes dos laços económicos que ligam as tribos e assim por diante.

Galvão verificou também a frequência de relações conubiais entre os Kamayurá e as tribos vizinhas. Os filhos dos casais mistos dominam as duas línguas, mas são tidos na aldeia como membros da tribo estranha a que pertence o pai ou a mãe. Parece haver a tendência de se classificarem êsses indivíduos como aruak nos casos em que um dos pais provenha de uma tribo dessa família lingüística.

Galvão dá algumas notícias sôbre relações económicas entre as tribos do alto Xingu. Todos os índios da "área do ulurí" recebem os vasos de cerâmica de um único grupo produtor, que são os Waurá (aruak). Por sua vez, os Kamayurá "se especializaram na fabricação de arcos de secção quadrangular para fornecer às tribos vizinhas a trôco de panelas, colares de concha e objetos diversos" (pág. 41). Estes e outros fatos, que em parte lembram informes de antigos exploradores da região, indicam a existência de problemas dignos de cuidadosa pesquisa.

O fascículo talvez seja prenúncio de uma das mais importantes contribuições do Museu Nacional à antropologia brasileira.

IV

Até o presente, andamos bastante mal informados quanto às influências indígenas na formação racial e cultural do Brasil. É que por longo tempo os historiadores brasileiros, na medida em que não se limitavam ao âmbito estreito das cronologias, focalizavam de preferência os aspectos administrativos e políticos do passado brasileiro. Das origens étnicas tratavam de modo apenas subsidiário, ou então com auxílio de métodos inteiramente inadequados. É uma falha que se vai corrigindo aos poucos, através de um movimento que se esboçou, é verdade, há mais de vinte anos, mas que sômente agora se impõe de maneira decisiva. Dêsse movimento faz parte Sérgio Buarque de Holanda, atual diretor do Museu Paulista, que sempre manifestou em seus livros e ensaios acentuado interêsse pelos assuntos de etnologia. Para êste

escritor, a história toma sentido principalmente quando pesquisa o passado com vistas ao presente, numa tentativa de compreender e interpretar a realidade atual e viva através das suas "raízes", das forças sociais e dos processos culturais que a criaram e dos elementos étnicos que estão na sua base. É a aplicação de um ponto-de-vista antropológico, através do qual a historiografia experimenta notável enriquecimento: horizontes mais amplos, novos problemas a investigar e, sobretudo, novas garantias para firmar as conclusões. Nem por isso, todavia, se confundem os objetivos da antropologia com os da história. Postulados extremos, como o de Maitland, "by and by anthropology will have the choice between being history or nothing", ou o de Artur Ramos, "a história sem a antropologia não será nada", não devem ser tomados ao pé da letra.

Em seu novo trabalho, *Índios e mamelucos na expansão paulista*, Buarque de Holanda encara os grupos humanos em termos de diferenças culturais: de um lado, às tribos selvícolas, com organização social, técnicas e conhecimentos adequados à exploração dos recursos naturais de terra e à defesa do homem contra os perigos do ambiente; do outro, os portugueses, portadores de um equipamento de experiências em grande parte ineficiente no meio geográfico americano. A população mestiça que cedo surgiu do contacto entre os lusos e os grupos nativos veio formar entre uns e outros uma ponte de ligação não somente racial, mas sobretudo cultural, e responsável, portanto, pela rapidez com que se processou a marcha aculturativa nos primeiros tempos da colônia. Nos modos de vida do sertanejo atual perpetua-se em grande parte a lição do índio. E o intuito de Sérgio Buarque de Holanda é principalmente reconstituir essa lição. Vale-se, para isso, de todos os elementos disponíveis: de velhos relatos e documentos da época da expansão paulista, de conhecimentos acerca do caboclo e, em especial, de trabalhos etnográficos sobre tribos indígenas, atuais e extintas, de todas as partes do Brasil. Não lhe é possível, em numerosos pontos, estabelecer uma filiação cultural propriamente dita, mas de maneira geral consegue pôr em evidência as múltiplas raízes que unem à América precolombiana o homem brasileiro de nossos dias.

Em minucioso mosaico, de erudita e paciente composição, o historiador passa em revista numerosos elementos culturais direta ou indiretamente ligados à expansão bandeirante. Nas páginas iniciais analisa os caminhos de índios, o modo de locomoção e a capacidade do aborígene e de seus sucessores de se orientarem nas matas e nos campos do interior. Nos capítulos centrais do estudo, que são também os mais ricos, descreve o aproveitamento do meio natural na luta

contra a sede e a fome: a obtenção de água no sertão desconhecido, a colheita e o uso do mel silvestre, bem como o lugar do içá e do bicho da taquara, dos palmitos, dos pinhões da araucária e de outros frutos na dieta alimentar de índios, sertanistas e sertanejos. Práticas e técnicas de caça e de pescaria são estudadas com abundância de pormenores. E finalmente discute uma série de temas correlatos: a utilização industrial de couros e peles, o papel dos produtos de origem animal na medicina popular e de emergência, a terapia escatológica e farmacopéia sertaneja em geral, os perigos e as pragas (onças, mosquitos, bichos de pé, cobras), armas agressivas e defensivas, couraças, vestimentas e modos de combater, a introdução do cavalo e dos muares.

Como já disse acima, Sérgio Buarque de Holanda se esforça por conduzir a análise segundo alguns princípios da antropologia cultural. O seu ponto-de-vista vem expresso, por exemplo, nas seguintes palavras: "Para a análise histórica das influências que podem transformar os modos de vida de uma sociedade é preciso nunca perder de vista a presença, no interior do corpo social, de fatores que ajudam a admitir ou a rejeitar a intrusão de hábitos, condutas, técnicas e instituições estranhos à sua herança de cultura. Longe de representarem aglomerados inânimes e aluviais, sem defesa contra sugestões ou imposições externas, as sociedades, inclusive e sobretudo entre povos naturais, dispõem normalmente de forças seletivas que agem em benefício de sua unidade orgânica, preservando-as de tudo quanto possa transformar essa unidade. Ou modificando as novas aquisições até ao ponto em que se integram na estrutura tradicional" (Pág. 213). Muitas vezes, porém, não chega, por falta de documentação consistente, a reconstituir satisfatoriamente os processos culturais, vendo-se obrigado, portanto, a ficar no terreno de hipóteses mais ou menos bem fundadas. E talvez não seja possível conseguir muito mais do que isso. De uma infinidade de elementos da cultura material e não-material do interior brasileiro evidentemente nunca se poderá dizer com segurança qual a sua origem e quais as transformações por que passaram. Isto se nota, por exemplo, com clareza na medicina sertaneja, em que as práticas e crenças de proveniência européia se combinaram com uma infinidade de elementos da terapia indígena, e mesmo africana, e que, além disso, encerra traços originais: "Não faltam, finalmente, aspectos de nossa medicina rústica e caseira que dificilmente se poderiam filiar, seja a tradições européias, seja a hábitos indígenas. Aspectos surgidos mais provavelmente das próprias circunstâncias que presidiram ao amálgama desses hábitos e tradições. A soma de elementos tão díspares gerou muitas vezes produtos imprevistos e que em vão procuraríamos na cultura

dos invasores ou na dos vários grupos indígenas. Tão extensa e complexa foi a reunião desses elementos que a rigor não se poderá dizer de nenhum dos aspectos da arte de curar, tal como a praticam ainda hoje os sertanejos, que é puramente indígena — e só nesse sentido se torna explicável a opinião de Martius — ou puramente europeu” (Págs. 235-236).

A certa altura (pág. 202), o autor chama a atenção para as notórias diferenças entre as tribos ameríndias: “nada mais arriscado, com efeito, do que as generalizações tendentes a apresentar todos os grupos indígenas como constituindo uma unidade perfeita.” De outro lado, cita com freqüência fontes etnográficas relativas a populações aborígenes muito heterogêneas de tôdas as regiões do Brasil. Em virtude disso, os depoimentos têm valor probatório limitado, servindo apenas para suporte de hipóteses de trabalho. Cumpriria aprofundar o exame com relação às tribos que de fato entraram na formação étnica do país. Mas é preciso reconhecer também que neste setor a pesquisa histórica não dispõe ainda de elementos seguros para as suas conclusões. E para conseguí-los terá de enfrentar primeiramente o obstáculo quase intransponível criado pela maneira arbitrária e confusa com que outrora se designavam e classificavam as “nações de gentios” que povoavam o Brasil.

A crítica de um trabalho científico deve ser feita em vista do objetivo que o autor quis alcançar. Seria, pois, injusto acusar o historiador de não ter feito o que não procurou fazer. E o plano de pesquisa de Sérgio Buarque de Holanda não incluía, por certo, os fenômenos sociais da participação de índios e mamelucos na expansão paulista. Não obstante, as raras passagens em que assomam alguns desses fenômenos evidenciam o interesse que o estudo da organização social teria para um conhecimento mais exato das conseqüências culturais do bandeirismo e para uma compreensão melhor das forças e dos processos do passado responsáveis pela configuração sócio-cultural do presente. É certo, pois, que o ensaio teria lucrado muito com essa perspectiva. Mas também não há dúvida de que isso teria exigido considerável alargamento do esquema fundamental do trabalho, cujos limites o autor não quis ultrapassar.